



**Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata 163ª Reunião Ordinária

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas da manhã, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM. Participaram de forma remota Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho Deliberativo, Aldo Cuomo, Demetrius Queiroz do Rego Barros, Fábio Teizo Belo da Silva, José Francisco Dutra da Silva e Juliana Velho, membros titulares e Eduardo Bergamaschi Felizola, Luiz Gustavo de Castro Oliveira e Tiago José Kich Temperani, membros suplentes. Pela Fundação, Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa e Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos presencialmente e Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional e André Rodrigues Veras, Diretor de Segurança, remotamente. Ainda participaram Wännius Ardenghy Nazário, Auditor Interno, Ana Flávia Cunha Canabrava, Assessora Jurídica, Lívia Sant'Anna Carvalho, Assistente e Rafael de Oliveira Vilas Boas, Assessor. Dando início à reunião, a Sra. Marina submeteu à apreciação do colegiado, como primeiro item da pauta, a ata da 162ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Na sequência para apreciação do item 2 da pauta, a Presidente submeteu à deliberação do colegiado a aprovação de dois novos membros indicados para composição do Comitê Gestor SP Previdência, a Sra. Juliana Bueno Brandão Sanches em substituição ao Sr. Conrado Valentini Tristão e Thomás Américo de Almeida Rossi em substituição ao Sr. Paulo Augusto Baccarin. As indicações foram apreciadas e aprovadas por unanimidade pelos membros do colegiado. Seguindo para a apresentação do item 3 da pauta, referente à proposta de prorrogação do contrato firmado com a empresa BDO Auditores Independentes S/S, para a prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis da Prevcom, a Sra. Marina concedeu a palavra a Sra. Vanessa, acompanhada da Sra. Lívia Sant'Anna, que apresentou o histórico do processo, destacando que o contrato atual tem vigência até 22 de janeiro de 2026 e que a proposta visa estender a vigência até 22 de janeiro de 2027. Informou que o valor proposto pela BDO é de R\$ 122.109,49 por ano, sem reajuste anual, considerando a exclusão do Relatório de Procedimentos Previamente Acordados (PPA), que deixou de ser obrigatório em razão da reclassificação da Fundação pela Previc, do segmento Entidade Sistemicamente Importante (ESI) para o Segmento 2 (S2). A Sra. Lívia informou que o processo foi conduzido em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Deliberação da Diretoria Executiva nº 01/2015, que disciplina as contratações de atividades-fim. Relatou que foi realizada pesquisa de preços em duas rodadas, envolvendo 16 empresas. Na primeira rodada, ocorrida no período de 1º a 7 de setembro de 2025, houve o declínio de participação de 4 empresas. Com o objetivo de ampliar a competitividade e obter novas propostas, foi promovida segunda rodada, com prorrogação do prazo de 8 a 12 de setembro de 2025, resultando no

recebimento de propostas válidas das empresas Grant Thornton, no valor de R\$ 155.000,00 por ano, e Russell Bedford, no valor de R\$ 4.333.000,00 por ano. Tanto a Diretoria Executiva quanto o Comitê de Auditoria manifestaram-se favoravelmente à prorrogação, bem como à exclusão do relatório PPA, por considerarem tecnicamente justificada a dispensa. A Sra. Marina concedeu a palavra aos conselheiros e o Sr. José Dutra destacou a amplitude (discrepância) entre os maiores e o menores valores obtidos na pesquisa e defendeu a necessidade de uma nova rodada de cotações para maior robustez do comparativo e lisura do processo. O Conselheiro Demetrius Queiroz acompanhou as ponderações, reforçando a importância da rotatividade de auditores e da validação formal do escopo técnico. O Conselheiro Fábio Teizo sugeriu a complementação da pesquisa com dados de contratos similares de órgãos públicos, ajustados por índices de correção. A Presidente do Conselho, Sra. Marina, considerou prudente a realização de nova pesquisa de preços, observando que há prazo hábil antes do término da vigência do contrato e que a prorrogação não comporta vigência parcial. O Diretor de Relacionamento Institucional, Sr. Ugo, ressaltou que o valor proposto é compatível com o mercado e que a BDO vem prestando serviços de forma satisfatória, reforçando a manifestação técnica favorável à exclusão do relatório PPA. Em sequência, a Conselheira Juliana Velho ponderou que, conforme o princípio da transparência é essencial que os valores sejam atualizados com base em novas propostas apresentadas pelas empresas, e não somente por atualização interna de valores antigos, uma vez que os fornecedores podem apresentar valores mais competitivos. Juliana sugeriu que se realize nova pesquisa de preços, incluindo empresas citadas durante a reunião, como aquela que atualmente presta serviços à SPPREV, a fim de ampliar a base comparativa. O Conselheiro Fábio Teizo propôs que a pesquisa seja feita também pelo portal ComprasGov (antigo ComprasNet), utilizando o módulo de pesquisa de mercado, o que poderia agilizar o processo. O Conselheiro Dutra complementou explicando que há no sistema o cadastro específico, com registros de fornecedores positivados em contratos anteriores, e reiterou a necessidade de um memorial descritivo detalhado e de um termo de referência claro, definindo o escopo e as exigências técnicas, de modo a evitar distorções na análise das propostas. O Conselheiro Aldo Cuomo destacou que, embora concorde com a necessidade de revisão de preços e maior detalhamento da pesquisa, entende que esta prorrogação poderá ser o último exercício de auditoria com a BDO, considerando a rotatividade recomendada pelas boas práticas. Ressaltou, ainda, que eventual deliberação poderia ser retomada em reunião extraordinária, caso a pesquisa fosse concluída rapidamente. A Sra. Vanessa esclareceu que a contratação observou os normativos internos, em especial a Deliberação nº 01/2015, cujo parágrafo terceiro prevê que, na impossibilidade de obtenção de três propostas após nova rodada de pesquisa, o processo poderá prosseguir com proposta única, desde que devidamente justificado. Informou ainda que o Comitê de Auditoria manifestou formalmente que a BDO atende às expectativas da Fundação quanto à qualidade, independência e tempestividade dos trabalhos, estando em conformidade com as exigências legais. A Presidente Marina reforçou que o normativo interno da Prevcom diferencia atividades-meio e atividades-fim, sendo as auditorias enquadradas nesta última categoria, o que permite seguir regulamento próprio, sem sujeição direta à Lei de Licitações. A Sra. Livia Sant'Anna complementou que, por se tratar de prorrogação contratual, não é possível alterar o termo de referência original, devendo-se utilizar o mesmo documento da contratação inicial. Mas caso se optasse por nova contratação seria possível rever escopo e critérios e alertou ainda que, embora seja viável a utilização do portal ComprasGov para ampliar a pesquisa, isso pode gerar propostas de empresas de pequeno porte, com valores significativamente inferiores aos praticados por auditorias de grande porte, o que poderia desequilibrar a comparação técnica. A Presidente Marina reconheceu o ponto, mas ponderou que a Prevcom deve buscar equilíbrio entre custo e adequação técnica, considerando que não há justificativa para limitar o processo apenas às chamadas "Big Four", especialmente em razão do porte e da complexidade da Fundação. Após os debates, o Conselheiro Fábio Teizo sugeriu que o Conselho deliberasse primeiramente se a orientação seria pela prorrogação ou pela nova contratação, para que a Diretoria tivesse clareza sobre os próximos passos. A Sra. Marina colocou o tema em votação e o Conselheiro Aldo Cuomo manifestou-se a favor da prorrogação por mais um exercício. O

Conselheiro Fábio acompanhou o voto do Sr. Aldo. Já os Conselheiros Demétrius Queiroz, José Dutra e Juliana Velho votaram contra a prorrogação, defendendo o início de novo processo. A Presidente Marina posicionou-se favoravelmente à prorrogação condicionada à realização imediata de nova pesquisa de preços e à elaboração de justificativas complementares que reforcem a fundamentação técnica e econômica da proposta. A Presidente acrescentou que esta prorrogação deverá ser a última com a atual empresa, e que a Diretoria Executiva já deverá iniciar os estudos para a próxima contratação, referente ao exercício de 2026, com eventual revisão de escopo. Submetido o tema à deliberação, o Conselho Deliberativo, por maioria formada pelo voto de qualidade da Presidente do conselho, conforme previsto no artigo 6º do seu Regimento Interno, deliberou pela prorrogação do contrato com a BDO por mais um exercício, condicionada à realização de nova pesquisa de preços com ampliação da base de fornecedores e manutenção do mesmo escopo contratual vigente, inclusive com o Relatório de Procedimentos Previamente Acordados (PPA), de modo a preservar a coerência com a contratação original. A Diretoria Administrativa comprometeu-se a realizar a nova rodada de pesquisa, reforçando o acompanhamento junto às empresas contatadas e ampliando a divulgação via sistemas oficiais, caso necessário. Ficou acordado que, tão logo a nova pesquisa esteja concluída, o tema poderá ser reapresentado ao Conselho em reunião extraordinária, se o prazo exigir. Dando continuidade à reunião, a Sra. Marina passou a palavra à Sra. Francislene que deu início à apresentação do item 4 da pauta que versa sobre o relatório mensal de investimentos referente ao mês de agosto/2025, detalhando a evolução patrimonial, que atingiu R\$ 4,448 bilhões, e a captação líquida no mês, de R\$ 44,80 milhões. Demonstrou a distribuição dos ativos por Plano, as alocações do patrimônio por indexadores e por classe de ativos. Seguindo, apresentou o resultado acumulado no mês de agosto/2025, informando que a carteira rendeu 0,99% (para a meta de 0,26%) superando a meta e que esse rendimento se deu principalmente pela alta da Bolsa de Valores. Na sequência apresentou a performance individual por plano e rentabilidade acumulada *versus* a meta e ambos se encontram positivos. Sobre o PGA, apresentou a rentabilidade do mês (agosto), e desde o início da medição com a criação do plano que atingiu 271,04%, superando em 108% o alvo de 250,18%, bem acima do DI acumulado no mesmo período 211,87%. Demonstrou o quadro comparativo de rentabilidade entre as 138 EFPC, as principais movimentações do mês de agosto/25 e os resgates de participantes, por plano. Em continuidade à apresentação, a Sra. Francislene discorreu sobre o panorama atual dos investimentos, destacando que atualmente há 37 fundos investidos, administrados por diferentes gestores, com variação nos retornos observados nos últimos 12 meses. Esclareceu que, no momento, o principal ativo investido são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional - série B), adquiridas para a carteira própria de cada plano individualmente, sendo que essas carteiras não se comunicam entre si. Acrescentou que, anteriormente, havia uma concentração relevante de investimentos no fundo Bela Cintra, mas que todas as posições dos planos menores foram zeradas, com a compra de títulos diretamente para cada carteira individual. Em seguida, apresentou um resumo das aquisições de títulos públicos realizadas em agosto, com preferência por títulos mais curtos (2035 e 2040). Explicou que, embora estudos anteriores indicassem a viabilidade de aquisições com vencimentos até 2060, optou-se por prazos menores, em razão da avaliação de que os preços dos títulos longos não justificariam o alongamento excessivo da carteira. No que se refere aos resgates, informou que foram realizados em fundos de gestão passiva e de gestão ativa, com base em estudo de fluxo das carteiras. Destacou que o objetivo foi reduzir posições em fundos com rentabilidade muito próxima entre si, liberar recursos para novas oportunidades, como a compra de títulos públicos, e ajustar a liquidez das carteiras. Além disso, observou que, em atenção a questionamentos anteriores do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, foi promovida uma redução nas posições para que nenhum fundo ultrapassasse 5% da carteira, com exceção do Bela Cintra (por ser fundo exclusivo) e dos títulos públicos individuais. Sobre os fundos IMA-B, explicou que estes possuem comportamento distinto das NTN-Bs, enquanto as NTN-Bs são marcadas na curva, com menor volatilidade, os fundos IMA-B são marcados a mercado, o que gera maior oscilação. Por esse motivo, optou-se por substituir parte das posições nesses fundos por títulos públicos marcados na curva, conferindo maior estabilidade às carteiras. Ressaltou que todo o

processo está devidamente registrado no SEI, com documentação e justificativas encaminhadas ao Conselho Deliberativo. A Sra. Marina agradeceu e abriu a palavra aos conselheiros. Na sequência, o Conselheiro Demétrius agradeceu o trabalho e destacou que as aquisições realizadas permitiram aproveitar taxas de juros atrativas e garantiram proteção patrimonial aos participantes. Solicitou, ainda, que a Sra. Francislene comentasse sobre a rentabilidade dos fundos, em especial aqueles com desempenho negativo, solicitando esclarecimentos sobre a evolução desses investimentos e possíveis desinvestimentos. O Conselheiro José Dutra aproveitou para questionar o indexador das NTN-Bs adquiridas recentemente, solicitando comparação com o fundo Bela Cintra, em linha com a meta atuarial. A Sra. Francislene esclareceu que as novas aquisições foram realizadas a taxas mais elevadas, marcadas na curva, e que, embora as posições antigas mantenham as taxas médias inferiores, o desempenho global da carteira permanece satisfatório e dentro do alvo da Fundação. Quanto aos FIPs, a Sra. Francislene explicou que os fundos estão em fase inicial de investimento, o que justifica as rentabilidades negativas, pois há incidência de despesas antes da geração de receitas, comportamento característico da curva J. Informou que os fundos questionados pelo Sr. Demétrius possuem valores investidos reduzidos, o que minimiza o impacto sobre o resultado consolidado. Destacou ainda que o retorno esperado deve ocorrer a partir de 2026, à medida que os ativos passem a gerar resultados, e lembrou que esses fundos possuem prazo de investimento de 8 a 10 anos. Por fim, a Sra. Francislene informou que, a partir do mês de outubro, a equipe iniciará os estudos de premissas e fronteira eficiente para o exercício de 2026, de forma a permitir a aprovação das políticas de investimentos na reunião de novembro. Em seguida, a Presidente Marina deu prosseguimento à reunião, passando ao item 5 da pauta, referente à apresentação dos planos de ação relativos aos meses de agosto e setembro de 2025, e concedeu a palavra ao Sr. Wãnnius, Auditor Interno. O Sr. Wãnnius iniciou sua exposição informando que já está prevista pela área de tecnologia da Prevcom, a entrega do novo módulo de sistema destinado ao acompanhamento das recomendações e respectivos planos de ação. Recordou que a ferramenta foi desenvolvida para substituir controles manuais, permitindo a consolidação das informações e atualizações diretamente pelos responsáveis, sob acompanhamento da auditoria interna. Destacou que essa entrega atende a uma demanda antiga dos conselheiros e contribuirá significativamente para a eficiência e transparência do monitoramento. Informou ainda que, na semana anterior, foi entregue o módulo que substitui o sistema anterior, com o apoio da Sra. Renata da área de Gestão de Riscos Controles Internos e Conformidade, e que o novo sistema permitirá um acompanhamento mais completo das recomendações, com relatórios e registros atualizados. Na sequência, apresentou os principais pontos do relatório do período de agosto a setembro de 2025, destacando que não houve recomendações concluídas no período, mas que diversas estão próximas de encerramento. Mencionou, entre elas, as recomendações referentes à área de compras, já aprovadas pela Diretoria Executiva; sobre o avanço das recomendações de Tecnologia da Informação; e das recomendações referentes ao plano de continuidade de negócios, atualmente em análise pela área de gestão de riscos. O auditor relatou ainda que o programa de *compliance* está praticamente concluído, restando apenas o recebimento formal das evidências dos diversos treinamentos realizados. Informou que todas essas recomendações devem ser finalizadas até o próximo ciclo de apuração. Em relação à recomendação sobre a Política de Sucessão, informou que o trabalho está em andamento, informou que houve reunião da Fundação com a consultoria FIA e participação da Presidente do Conselho Deliberativo para discussão do material apresentado pela consultoria, entretanto ainda requer aprimoramento. Em relação à recomendação sobre conformidade com a LGPD informou que também está sendo trabalhada com a consultoria FIA, com revisão de formulários e diagnósticos. Sobre as auditorias em andamento, destacou que o processo de auditoria do planejamento de investimentos, considerado o mais relevante, foi concluído em 23 de setembro e disponibilizado no SEI aos Conselhos Fiscal, Deliberativo e ao Comitê de Auditoria (COAUD). Explicou que o material contém: i. relatório completo; ii. relatório resumido; iii. apresentação; e iv. documentos suporte, estando à disposição para futura apresentação quando solicitada. Informou também que a auditoria de cadastro está em fase final, com previsão de conclusão até o final de outubro, e

que a auditoria referente às cotas deverá ser finalizada até meados de novembro. Adicionalmente, informou que já iniciou a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para 2026, com intenção de apresentar uma versão preliminar ao COAUD em sua próxima reunião ordinária. Encerrada a apresentação, a Sra. Marina agradeceu a exposição e ressaltou que, assim que houver manifestação do COAUD e da Diretoria Executiva sobre o relatório de auditoria de investimentos, o tema será pautado em reunião específica, de forma separada do acompanhamento mensal, para evitar acúmulos, e abriu a palavra aos conselheiros. O Sr. Wânnius ressaltou que, embora o relatório seja extenso, preparou a versão resumida e colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos individuais aos conselheiros. O Conselheiro José Dutra agradeceu a apresentação e questionou se a Diretoria Executiva já havia se manifestado formalmente sobre o relatório. O Sr. Wânnius explicou que a manifestação recebida até o momento é da Diretora de Investimentos, responsável pelo processo auditado, e que a apresentação posterior à Diretoria Executiva poderá ser realizada, conforme sua decisão. A Presidente Marina complementou esclarecendo que o Conselho Deliberativo aguarda a manifestação do COAUD e da Diretoria Executiva para consolidar o processo, ressaltando que o relatório da auditoria interna, a manifestação da Diretora de Investimentos e eventuais complementações colegiadas deverão instruir plenamente o tema antes de nova deliberação. O Conselheiro Dutra registrou que analisará o conteúdo do material já disponível no SEI, agradecendo a antecipação. O Sr. Wânnius reiterou sua disponibilidade para eventuais esclarecimentos adicionais. Nada mais havendo a ser discutido sobre o item, a Sra. Marina agradeceu novamente a exposição. Dando prosseguimento à pauta, passando-se ao item 6, a Sra. Marina concedeu a palavra aos diretores, e o Sr. Ugo explanou sobre as ações de expansão que seguem em andamento, tanto no que se refere à busca por novos patrocinadores quanto à ampliação da base de participantes. Relatou que, no último mês, participou de evento promovido pela AEPREMERJ, no Estado do Rio de Janeiro, onde a Prevcom vem buscando consolidar presença em um ambiente já bem estabelecido pela RJPREV, destacando a expectativa de resultados concretos até o final do ano. Em relação aos novos municípios, informou que o movimento de adesões vem se intensificando e que, além dos três novos municípios aprovados na reunião ordinária do mês de agosto, outros dois estão em andamento e caso necessário, solicitará aprovação em reunião extraordinária a ser convocada para esta finalidade. O Sr. Ugo ressaltou ainda que, paralelamente, têm sido realizadas visitas de relacionamento com gestores de Recursos Humanos e lideranças nos entes já conveniados, mencionando ações recentes no Estado do Mato Grosso do Sul, em órgãos como Procon, Secretarias de Administração, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Saúde, Polícia Civil e Ministério Público. Relatou que as visitas têm permitido resolver questões operacionais e restabelecer o acesso para ações presenciais de atendimento, destacando o empenho da equipe de Relacionamento. Afirmou que o esforço contínuo tem apresentado resultados positivos, refletindo no crescimento orgânico e na expansão gradual da entidade. A Sra. Marina agradeceu e passou a palavra à Sra. Vanessa que informou que foi iniciado o processo de elaboração do Orçamento para o exercício de 2026, com o levantamento das necessidades de contratação encaminhadas por cada diretoria. Comunicou que, no início do mês de outubro, ocorrerá a primeira reunião de revisão do Planejamento Estratégico, em conjunto com a revisão orçamentária, com previsão de encaminhamento ao Conselho Deliberativo para apreciação em outubro/2025 ou novembro/2025. Informou também que caso o Colegiado, tenha eventuais demandas específicas que considere prioritárias, tais como necessidades de auditoria, capacitação ou outras iniciativas, as encaminhem, a fim de que possam ser avaliadas e, se cabível, incorporadas na proposta orçamentária. O conselheiro José Dutra aproveitou a oportunidade para reforçar a importância da formação continuada dos conselheiros, mencionando que já havia sido prevista, no exercício anterior, a criação de um fundo específico para capacitação de conselheiros, tanto indicados quanto eleitos. Ressaltou que, diante das mudanças no cenário das entidades fechadas de previdência complementar e do aumento das responsabilidades dos colegiados, seria oportuno retomar essa iniciativa. A Sra. Marina destacou que a Prevcom permanece à disposição para atender às solicitações de capacitação encaminhadas formalmente pelos conselheiros e membros de comitês, informando

que todos os pedidos recebidos foram devidamente atendidos. O Sr. Ugo observou que ainda há recursos disponíveis na rubrica de treinamentos e que não costuma deixar sobras nesse tipo de dotação. Informou que, conforme levantamento mais recente, há ainda recursos disponíveis, o que possibilita o custeio de novas capacitações. Na sequência, a Sra. Marina mencionou que o conselheiro suplente Sr. Henrique havia consultado sobre o tema, oportunidade em que foram analisados os números das rubricas e discutida a participação dos conselheiros no Congresso da Abrapp, programado para o mês de outubro. O Sr. Ugo informou que a entidade obteve desconto de 20% nas inscrições, tanto presenciais quanto online, o que permitiu contemplar todos os inscritos. A Sra. Vanessa confirmou a informação, esclarecendo que foram adquiridos vouchers e assinados os termos de compromisso, totalizando 32 participantes entre modalidades presencial e remota. A Assessora Jurídica Ana Flávia Cunha Canabrava registrou, em complemento, que a capacitação dos conselheiros é tema em acompanhamento pela gestão, estando em análise, em conjunto com a consultoria FIA, a viabilidade de oferta de um programa de formação específico para o Conselho Deliberativo, independentemente de outros cursos ou eventos externos. O Sr. José Dutra elogiou a iniciativa e destacou a relevância do tema, considerando o dinamismo do setor. Por fim o Sr. Ugo, informou que, no dia 3 de outubro, será realizada uma live sobre liderança e gestão de pessoas, conduzida por profissional de destaque no segmento de Recursos Humanos, e que encaminhará aos conselheiros os detalhes do evento. Reforçou ainda que, conforme mencionado em reunião anterior, seria retomado o envio da Carta do Gestor, publicação trimestral elaborada pela Prevcom, a qual alguns conselheiros informaram não estar recebendo. Comunicou que a equipe está revisando o *mailing* em conjunto com a Secretaria dos Conselhos e que as edições anteriores serão reenviadas, juntamente com o link de acesso. Solicitou que os conselheiros verifiquem suas caixas de spam e informou que a próxima edição está prevista para o final de outubro, sendo que também será encaminhada diretamente pela assistente, a Sra. Camila Daniela Tardeli Cardoso. Encerradas as manifestações, a Sra. Marina retomou a palavra e dirigindo-se ao item 7, último item da pauta, em suas considerações finais, informou que, no mês de setembro, foi realizada reunião mensal com o Sr. Leonardo José Mattos Sultani, Secretário Executivo da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), destinada à atualização sobre o andamento das atividades da Fundação. Comunicou ainda que participou de reunião com a Chefe de Gabinete da Presidência Maria Izabel Canavese Dutra, a Assistente Sra. Renata Simões de Souza e Assessoras Jurídicas Ana Flávia Cunha Canabrava e Joseane da Silva Prado para tratar do processo seletivo referente aos cargos de diretoria, que se encontra em fase de evolução, com expectativa de breve encaminhamento de proposta sobre o tema. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Marina agradeceu a participação de todos e indagou se os conselheiros tinham algum questionamento ou comentário adicional e em suas considerações finais. Encerrados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião, e eu, Camila Daniela Tardeli Cardoso, secretária, lavro e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros titulares presentes.

Marina Brito Battilani
Presidente do Conselho

Aldo Cuomo
Conselheiro

Demetrius Queiroz do Rego Barros
Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva
Conselheiro

José Francisco Dutra da Silva

Juliana Velho

São Paulo, na data da assinatura digital.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Daniela Tardeli Cardoso, Assistente Técnico Previdência Complementar IV**, em 23/10/2025, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Conselheiro**, em 24/10/2025, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 24/10/2025, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 27/10/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva, Conselheiro**, em 28/10/2025, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho, Conselheiro**, em 28/10/2025, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 29/10/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador 0087015435 e o código CRC 34E4FB81.